

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 8968/2008

Certificado de reconhecimento de qualificação de reparador e instalador de tacógrafos n.º 101.25.08.6.009

Ao abrigo do artigo 8.º n.º 1c) do Decreto-Lei n.º 291/90 de 20 de Setembro e do artigo 4.º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 272/89 de 19 de Agosto e para os efeitos do n.º 18 da Portaria n.º 625/86 de 25 de Outubro, nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 962/90 de 9 de Outubro e das disposições da Portaria n.º 299/86 de 20 de Junho, é reconhecida a qualificação à empresa:

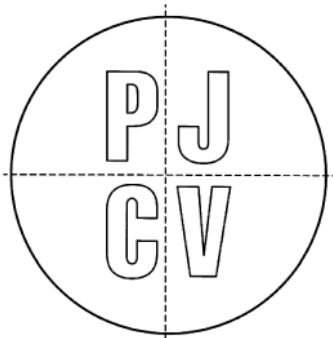
Couto Viana — Autoeléctrica Unipessoal, Lda.
Lugar de Tuído — Gandra
4930-327 Valença

na qualidade de reparador e instalador de tacógrafos, estando autorizado a realizar as 1.ª e 2.ª fases da Primeira Verificação e a Verificação Periódica Bienal e a colocar a respectiva marca própria, em anexo, e os símbolos do controlo metrológico, nos locais de selagem previstos nos respectivos esquemas constantes dos processos arquivados no Instituto Português da Qualidade.

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após prévia auditoria.

É revogado o certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de tacógrafos n.º 101.25.00.6.006, publicado no *Diário da República*, III.ª Série, n.º 64, de 16 de Março de 2000.

4 de Março de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *J. Marques dos Santos*.



2611097299

Rectificação n.º 643/2008

No *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 4 de Março de 2008, foi publicado com inexactidão a Rectificação n.º 441/2008, relativo à qualificação do Organismo de Verificação Metrológica de sistemas de medição de abastecimento de combustível PETROTEC — Assistência Técnica ao Ramo Petrolífero, S. A.

Assim, onde se lê «n.º 23 335/2007» deve ler-se «n.º 23 334/2007».

10 de Março de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *J. Marques dos Santos*.

2611101053

Região de Turismo do Centro

Despacho (extracto) n.º 8969/2008

O Dr. Pedro Manuel Monteiro Machado, Presidente da Região de Turismo do Centro, no uso da competência própria, prevista na al. g), n.º 2, do artigo 24.º, do DL n.º 82/93, de 15 de Março, em conjugação com o artigo 3.º do DL n.º 218/2000, de 9 de Setembro, verificando-se a condição estipulada nas alíneas d), do artigo 2.º, do DL n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e no n.º 1, al. b), do artigo 5.º do mesmo diploma legal:

Determina que se proceda à nomeação em comissão de serviço extraordinária, na categoria de Técnico de 2.ª Classe da Carreira Técnica, pelo período de um ano, reunidas que estão as condições legais para o efeito, da funcionária Margarida Isabel Negrão Mano Vilão Melo Fernandes, transitando da carreira de Técnico Profissional de Turismo Principal, para a carreira Técnica, categoria de Técnica 2.ª Classe, sendo posicionado no escalão 1, índice 295.

Findo o período mencionado, e desde que o mesmo revele aptidão, será provido, por reclassificação profissional no lugar em referência, do quadro desta Região.

26 de Fevereiro de 2008. — O Presidente, *Pedro Manuel Monteiro Machado*.

2611100765

Região de Turismo Leiria/Fátima

Aviso n.º 9273/2008

Nomeação

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º n.º 1 alínea a) do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à Administração Local por força e com as adaptações constantes do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro e às Regiões de Turismo pelo Decreto-Lei n.º 287/91, de 9 de Agosto, faz-se público que na sequência do competente processo de concurso interno geral de acesso, por meu despacho de 17 de Março de 2008, foram nomeadas, na categoria de técnico profissional de turismo de 1.ª classe do grupo de pessoal técnico profissional, do quadro de pessoal da Região de Turismo Leiria/Fátima, com a remuneração correspondente ao índice 222 da escala indicatória do regime geral da Função Pública, as candidatas classificadas em 1.º e 2.º lugar respectivamente, Anabela Gonçalves Ferreira e Maria Gabriela Soares Pesqueira, com efeitos a partir da data da publicação do presente Aviso, considerando-se exonerada do anterior lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Março de 2008. — O Presidente, *Luís Miguel Rodrigues Sousa*.

2611101108

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 8970/2008

Por meu despacho de 11 de Maio de 2007, autorizei a abertura do procedimento concursal destinado à selecção e provimento do cargo de direcção intermédia do 2.º grau respeitante à Divisão de Inovação e Comunicação da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, unidade orgânica criada pelo Despacho n.º 8836/2007, de 12 de Março.

Nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a oferta de emprego foi publicitada através do Aviso n.º 18284/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 25-09-2007, na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE200710/0039 e no jornal *Correio da Manhã*, de 03-10-2007.

O júri, com os fundamentos constantes do procedimento, deliberou propor a nomeação da candidata licenciada Anabela de Sousa Isidoro, para o exercício do cargo a concurso.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio no cargo de Chefe de Divisão de Inovação e Comunicação, da Direcção de Serviços de Gestão e Inovação, em comissão de serviço e pelo período de três anos, a técnica superior principal, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Anabela de Sousa Isidoro.

13 de Março de 2008. — A Secretária-Geral, *Luísa Dangues Tomás*.

Currículo

Nome: Anabela de Sousa Isidoro.

Naturalidade: Vale Verde — Almeida.

Habilitações académicas: Licenciatura em Antropologia, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Formação académica em Antropologia pela Universidade Nova de Lisboa, com média final de 15 valores. Professora do ensino secundário entre 1989 e 1991. Assessora de imprensa e relações públicas no Parlamento Europeu durante o mesmo ano. Técnica Superior junto da Secretaria-Geral do MADRP, na área de informação e divulgação desde Abril de 1992. Entre esta data e 2001 coordenação de vários sistemas de informação, nomeadamente a AgriBBS e o primeiro website do MADRP: www.min-agricultura.pt (1998); membro da Comissão Interministerial

para a Sociedade da Informação e representante do MADRP na task-force Portal do Cidadão e Portal do Governo junto da UMIC (2000).

Chefe da Divisão de Documentação e Informação, da SG do MADRP, em comissão de serviço, entre Setembro de 2001 e Novembro de 2003, terminada a seu pedido.

Em regime de substituição, Chefe da Divisão de Qualificação Profissional da Direcção Regional de Agricultura do Algarve e por inerência de funções, coordenadora da Unidade Técnica da Medida 7 do Programa AGRO — Formação Profissional, na região do Algarve, em Maio de 2004.

Entre Abril de 2005 e Março de 2007 responsável pela área de comunicação, na Estrutura de Apoio Técnico (EAT) do Programa AGRO.

Desde Março de 2007, Chefe da Divisão de Inovação e Comunicação da Secretaria-Geral do MADRP, em regime de substituição.

Despacho (extracto) n.º 8971/2008

Por meu despacho de 11 de Maio de 2007, autorizei a abertura do procedimento concursal destinado à selecção e provimento do cargo de direcção intermédia do 2º grau respeitante à Divisão de Planeamento e Gestão da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, unidade orgânica criada pelo Despacho n.º 8836/2007, de 12 de Março.

Nos termos do disposto no artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a oferta de emprego foi publicada através do Aviso n.º 19121/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 192, de 04-10-2007, na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE200710/0114 e no jornal *Correio da Manhã*, de 08-10-2007.

O júri, com os fundamentos constantes do procedimento, deliberou propor a nomeação da candidata licenciada Aida Sebastião Palminha, para o exercício do cargo a concurso.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio no cargo de Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão, da Direcção de Serviços de Gestão e Inovação, em comissão de serviço e pelo período de três anos, a assessora principal, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária, Aida Sebastião Palminha.

13 de Março de 2008. — A Secretária-Geral, *Luísa Danguês Tomás*.

Nome: Aida Sebastião Palminha

Habilitações académicas: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas

Habilitações profissionais: Frequência de diversos seminários, conferências e cursos de formação profissional, nomeadamente na área de gestão financeira, de gestão de recursos humanos e de aprovisionamento e património.

Lugar do quadro: Assessor principal da carreira de técnico superior do quadro da Direcção-Geral de Veterinária.

Experiência profissional:

De 1980 a 1993 foi técnica superior do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde exerceu funções ligadas ao planeamento e programação das actividades do organismo no Gabinete de Programação e Controlo, e na Direcção de Serviços de Administração coordenou, por despacho do director, as áreas de contabilidade e património;

De 1993 a 1997 exerceu funções de chefe de divisão no Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar, tendo também ascendido, por concurso, à categoria de assessor da carreira técnica superior;

De 1997 a Março de 2007 exerceu funções de Directora de Serviços de Gestão e Administração da Direcção-Geral de Veterinária, tendo também ascendido, por concurso, à categoria de assessor principal;

De Março de 2007 até à actualidade exerceu funções, em regime de substituição, de Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão da Secretaria-Geral do MADRP.

Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 8972/2008

Reconhecimento de técnico em modo de produção biológico

Para os devidos efeitos se torna público que foi conferido a Ricardo Nuno Soares da Silva o reconhecimento como Técnico em Modo de Produção Biológico, na área da Produção Vegetal e da Produção Animal nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

13 de Março de 2008. — O Director-Geral, *C. São Simão de Carvalho*.

Gabinete de Planeamento e Políticas

Despacho n.º 8973/2008

Nos termos do n.º 5 do artigo 21º da lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho de 3 de Março, da Directora do Gabinete de Planeamento e Políticas:

Manuel Pedro Fragoso de Castro Loureiro, é nomeado Chefe de Divisão de Políticas e Prospectiva do Gabinete de Planeamento e Políticas, em comissão de serviço, pelo período de três anos, após procedimento concursal, pelas suas habilitações académicas, pela natureza da sua experiência profissional e pelos conhecimentos e qualificações que demonstrou, preenche todos os requisitos e tem o perfil adequado ao exercício do cargo a que se candidatou.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

- Nome: Manuel Pedro Fragoso de Castro Loureiro
- Nacionalidade: Portuguesa
- Naturalidade: Lisboa
- Idade: 47 anos

2 — Habilitações Literárias:

- Licenciatura em Engenharia Agrícola, pela Universidade dos Açores (1986);
- Grau de “Master of Science in Rural Planing in relation to the environment”, pelo Centro Internacional de Altos Estudos Agronómicos Mediterrânicos no ano de 1994 com a Tese “Valoracion Económica de Bienes Ambientales: Aplicacion del Metodo de Coste de Viaje al Parque Natural de la Dehesa del Moncayo” Mestre Pós-Graduação em Estudos Europeus (Dominante Económica) da Universidade Católica Portuguesa (1990/91);

3 — Actividade Profissional — principais funções exercidas:

- Técnico superior Assessor Principal da Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
- Subdirector-Geral da Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
- Adjunto do Secretário de Estado das Florestas;
- Assessor do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural;
- Técnico superior Assessor na Direcção-Geral de Florestas.
- Director Regional dos Recursos Florestais da Região Autónoma dos Açores.
- Chefe de Divisão dos Serviços Florestais das Flores e Corvo;
- Técnico superior da Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário da R.A. dos Açores.

4 — Outras informações:

- X prémio “Jordán de Asso”, de Investigacion Agrária, outorgado pela Instituição Fernando el Católico;
- Prémio Nacional Henry Ford para a Conservação da Natureza (1986);
- Louvor, no termo do exercício das funções de adjunto no gabinete do Secretário de Estado das Florestas.
- Louvor, no termo da comissão de serviços como Director Regional dos Recursos Florestais, pelo VII Governo Regional da Região Autónoma dos Açores;

3 de Março de 2008. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 8974/2008

Considerando que, através do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, foi atribuída à sociedade Metro do Porto, S. A., a concessão do serviço público do sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto, competindo-lhe a responsabilidade pelas operações de construção de infra-estruturas do dito sistema, tendo igualmente sido atribuída à Requerente a responsabilidade pelas obras de necessária inserção urbana, indissolavelmente ligadas à implementação do sistema de Metro Ligeiro, razão pela qual decorrem do próprio objecto da sociedade;

De facto, como resulta dos Estatutos da empresa, artigo 3º, n.º 2, as referidas infra-estruturas constituem o elo essencial à correcta compatibilização do sistema de metro ligeiro no tecido urbano em que é implantado e são necessárias para o restabelecimento da circulação